

Para a caracterização do funcionamento das descrições demonstrativas anafóricas em português europeu: os usos em contexto narrativo

IRIS SUSANA PIRES PEREIRA
(Universidade do Minho)
iris@iec.uminho.pt

Abstract

This text deals with the use of the tripartite system of nominal anaphoric demonstratives in European Portuguese, focusing on narrative contexts of use. The basic assumption that sustains the analysis presented is that the variation in the use of the three available forms is determined by pragmatic reasons. It is suggested that the domains of reference created in such contexts distinguish between two basic uses, namely '*este* N' (corresponding to 'this N' in English) *vs* '*esse* N' and '*aquele* N' (both corresponding to 'that N' in English), and that the perspective of the enunciation assumed explains the difference in the use of the latter forms. On the whole, it is put forward that the uses here discussed illustrate (part of) one of the functions carried out by these linguistic expressions in discourse.

Palavras-chave: descrições demonstrativas, anáfora, domínios de referência, narrativa, perspectiva de enunciação, discurso indirecto.

1. Apresentação da questão

Qualquer reflexão sobre demonstrativos não pode contornar o facto de que se trata de unidades indexicais, isto é, de unidades que apontam, mostram ou localizam (para um interlocutor) um determinado elemento num determinado contexto (Cornish, 1999).

A manifestação mais básica da indexação é a deixis (Lyons, 1977; Cornish, 1999), que Bühler, (1967) entende como a propriedade de localizar um referente num determinado campo deictico (campo de mostração ou de percepção) em função do centro deictico ou

«*origo*», constituído pelas coordenadas espaço-temporais definidas pelo locutor, e que Lyons (1977: 637) define como

«the location and identification of persons, objects, events, processes and activities being talked about, or referred to, in relation to the spatio-temporal context created and sustained by the act of utterance and the participation in it, typically, of a speaker and at least one addressee.»

Desta forma, a deixis está associada à localização de novas entidades ('novas' no sentido em que não estavam no foco de atenção do interlocutor) no campo perceptivo comum constituído pelo contexto físico da enunciação (Fonseca, 1994; Cornish, 1999). Halliday & Hasan (1976) chamam exofórico a este uso deictico das expressões indexicais.

O uso endofórico (Halliday & Hasan, *idem*), apesar de derivado do exofórico (Buhler, 1967; Lyons, 1977; Cornish, 1999), é um processo de localização diferente porque o procedimento indexical se atém ao campo de mostração delimitado pelos marcos criados pelo próprio discurso (cf. 1984; Fonseca, 1994; Cornish, 1999).

Os demonstrativos *este*, *esse* e *aquela* são expressões linguísticas indexicais paradigmáticas, usadas exofórica e endoforicamente. Exoforicamente, orientam a atenção do interlocutor para entidades presentes no contexto físico da enunciação em função da diferente escala de valores de distância que codificam relativamente ao *origo* da mensagem. Em português, essa escala é tripartida e comumente entendida como a marcação da localização do referente, desde proximidade máxima ao locutor (*este*), passando pela marcação de uma maior proximidade ao interlocutor (*esse*), até à marcação da maior distância em relação à posição dos dois interlocutores (*aquela*) (Oliveira, 1988; Mira Mateus et al., 2003).

Endoforicamente, o principal uso que é dado aos demonstrativos é o de orientar a atenção do interlocutor para referentes introduzidos no universo da referência criado pelo próprio discurso, de que resulta o estabelecimento de redes de ligação ou coesão discursiva (Halliday & Hasan, 1976):

«In interactional contexts, they are often used exophorically, pointing to participants in the immediate context, where the situation disambiguates the referent. In (...) texts, on the other hand, *this* and *that* are more often used endophorically to make links between segments of text» (Schleppegrell, 2004: 63-64)¹.

¹ Note-se que cada um desses usos não é exclusivo de cada um desses contextos (cf. Carvalho, 1984). Com efeito, os demonstrativos podem usar-se endoforicamente com

Intradiscursivamente, as expressões indexicais podem funcionar anafórica ou cataforicamente (Fonseca, 1994). A anáfora consiste basicamente num ‘apontar’ para um referente previamente enunciado no discurso, uma instrução discursiva que leva a atenção do interlocutor para essas entidades (Pereira, 2005 a,b). Em palavras de Bühler (1967: 198), «el contexto de decir, que se va haciendo, se eleva él mismo a campo demostrativo, cuando mostramos anafóricamente», opondo-se dessa forma à catáfora, que é o processo através do qual se ‘aponta’ para um referente que é, em termos gerais, imediatamente depois introduzido no discurso. Neste texto, detenho-me no funcionamento anafórico de (algumas) expressões demonstrativas.

O âmbito da localização dos referentes dos demonstrativos anafóricos, que passa a ser o universo do discurso, é uma alteração importante imposta a estas unidades pelo uso endofórico e afecta igualmente descrições e pronomes demonstrativos. Esta não é, todavia, a única transformação que se observa no uso anafórico dos demonstrativos. Existe uma segunda alteração muito significativa, que, no entanto, afecta desigualmente descrições e pronomes demonstrativos. Assim, em contexto endofórico, os pronomes são usados para marcar valores reais de maior ou menor distância do referente no contexto do universo discursivo, como se observa no exemplo (1):

(1) «Segundo Maria do Carmo Mendes, as relações entre a sua família e a vizinha nunca foram ‘as melhores’. Há até um processo de despejo litigioso em curso tendo em vista o afastamento da alegada agressora da propriedade da família de Carmo Mendes. *Esta* relaciona a presumível agressão com estas desavenças e adianta que a vizinha é considerada mentalmente descapacitada» (*Público*, 13 de Maio de 2005, itálico meu).

Neste exemplo, o pronome demonstrativo *esta* refere-se à entidade mais próxima na sequência discursiva, ‘Carmo Mendes’, e não às unidades ‘família de Carmo Mendes’ ou ‘alegada agressora’, referentes potenciais dada a concordância morfológica. Isto é, através dos pro-

função deictica, como adiante se verá nesta mesma secção (veja-se o exemplo (3) e a nota (9)) como também, no contexto de interacção *in presentia*, para referir entidades cuja existência é apenas discursiva, tal como se aprecia no seguinte exemplo, excerto de uma interacção autêntica em contexto oral:

(1) – «Lembras-te da Ana de Lisboa?

– «A baixinha?

– «Sim. Acho que *essa rapariga* se perdeu na droga.»

nomes demonstrativos «hay también una mostración de lugares en la estructura do discurso» (Bühler, 1967: 195), e este valor tem claramente origem no uso exofórico original (cf. Lyons, 1975, 1977; Halliday & Hasan, 1976; Halliday, 1994; Eguren, 1999).

Diferentemente dos pronomes, a determinação do referente de uma descrição demonstrativa anafórica no universo do discurso não resulta dos valores de distância codificados na forma demonstrativa, ao contrário do que aconteceria no uso dessas mesmas expressões numa eventual situação de identificação exofórica². Por outras palavras, nestes casos o referente desses demonstrativos não é necessariamente *nem o mais próximo nem o mais longínquo no contexto da enunciação* (cf. Oliveira, 1988). Isso observa-se no paradigma de exemplos (2), o primeiro, original; os restantes, adaptados:

(2) «Até se descobrir o microscópio, nada se sabia acerca da estrutura coular. O primeiros que tiveram acesso *àquele aparelho* ficaram pasmados perante a imensidão de minúsculos seres contidos numa gota de água de um charco» (Antoniou, E. *et al.*, 1994: 12, itálico meu).

(2a) Até se descobrir o microscópio, nada se sabia acerca da estrutura celular. Os primeiros que tiveram acesso a *esse aparelho* ficaram pasmados perante a imensidão de minúsculos seres contidos numa gota de água de um charco.

(2b) Até se descobrir o microscópio, nada se sabia acerca da estrutura celular. Os primeiros que tiveram acesso a *este aparelho* ficaram pasmados perante a imensidão de minúsculos seres contidos numa gota de água de um charco.

Este paradigma de exemplos mostra como o contexto anafórico altera significativamente o funcionamento do valor indexical original das descrições demonstrativas. Uma das questões mais pertinentes que se colocam no momento de explicar o funcionamento do sistema de demonstrativos anafóricos em português europeu³ diz respeito preci-

² Em Pereira (em preparação), mostro que, no caso das descrições demonstrativas anafóricas, a determinação do referente se deve, em primeira instância, a razões contextuais atinentes ao tipo de relação de coerência estabelecida entre as proposições (cf. Pereira 2005b).

³ É relevante notar que o funcionamento discursivo destas expressões no português do Brasil é muito diferente do seu funcionamento no português europeu, e que neste texto apenas se faz referência a esta última realidade linguística. Assim, qualquer uso da expressão ‘português’ deve interpretar-se, neste texto, como exclusivamente referente a ‘português europeu’.

samente à razão que subjaz à distribuição de cada uma das três formas das descrições demonstrativas disponíveis. Neste texto, abordo exclusivamente esta questão, focando a minha atenção nos usos destas unidades linguísticas em contexto narrativo. A análise e os argumentos que agora apresento desenvolvem os introduzidos em Pereira (2005c).

2. Descrições demonstrativas nominais anafóricas e domínios de referência

A explicação que aqui proponho para a distribuição das descrições demonstrativas em contexto narrativo em português ancora-se em noções desenvolvidas por Maes (1996) para dar conta do sistema de descrições demonstrativas anafóricas em holandês. No entanto, e porque o sistema de demonstrativos que este autor caracteriza é binário, as noções que assumo de Maes são necessariamente complementadas por outras noções com que procuro dar conta da distribuição do sistema ternário do português. Como refere Fonseca (1994: 17),

«[a] aplicação a uma língua de uma hipótese teórica que foi baseada na observação de outras línguas desempenha um papel importante como forma de testar a validade dessa hipótese e pode, assim, contribuir ou para infirmá-la como hipótese generalizável ou para completá-la tornando a sua validade universal mais provável.»

Aliás, também as hipóteses desenvolvidas por F. I. Fonseca para dar conta do funcionamento do sistema temporal do português serão alvo de aplicação neste trabalho. Antes de apresentar essa proposta explicativa, descrevo muito sumariamente a proposta original de Maes (1996).

Maes (1996) propõe que a distribuição das duas formas demonstrativas em contextos endofóricos em holandês (<*deze*> e <*die*>) obedece a razões de natureza pragmática, em que são centrais a noção de domínios de referência e o tipo de relação que num discurso se estabelece entre locutor, referente e interlocutor (Maes, 1996: 163).

Maes assume a existência de dois domínios de referência instituídos em qualquer discurso (cf. Bühler, 1982): um domínio constituído pela situação de enunciação do próprio discurso, que designa de Domínio Referencial Deictico (daqui em diante, DRD); outro, que designa de Outro Domínio Referencial (daqui em diante, ODR), cons-

tituído pelo ‘estado de coisas representado’, pelo conteúdo do próprio texto ^{4/5}. A figura 1 esquematiza esta distinção básica:

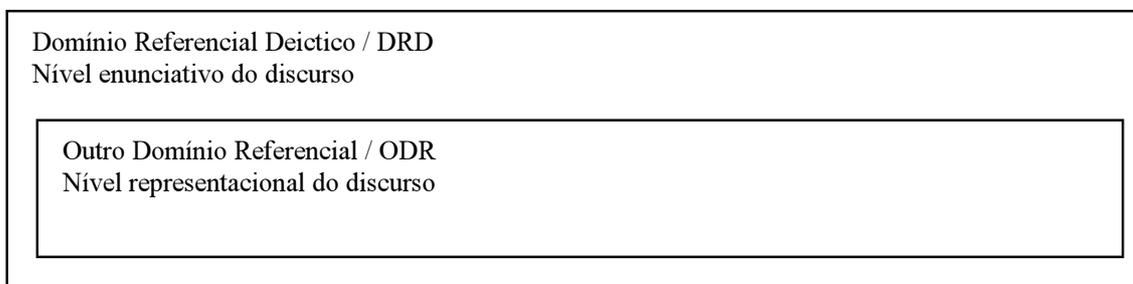


Figura 1: Os domínios de referência DRD e ODR instituídos num discurso, segundo Maes (1996).

Além disso, assume que, em contextos de uso anafórico, o sentido indexical básico codificado na semântica das descrições demonstrativas (que, como ilustram as várias versões do exemplo 2, perde a capacidade de localizar entidades em função de uma escala de valores de proximidade física) é ‘redefinido’, passando a sua função a ser a de associar os referentes a cada um destes domínios de referência.

Dito de outro modo, para Maes (1996) a função da componente indexical das descrições demonstrativas no discurso anafórico é, em cada caso, exclusivamente, a de apontar para um desses domínios de referência ⁶. Maes sugere que a associação pragmática que daí resulta

⁴ Maes (1996) não faz uso das expressões ‘estado de coisas representado’, ‘conteúdo do próprio texto’ ou ‘nível representacional’ para caracterizar o domínio de referência ODR. A utilização destes predicados aplicados a ODR é da minha responsabilidade.

⁵ Esta divisão corresponde à divisão, sugerida por E. Benveniste, entre dois níveis de enunciação – discurso e história – que F. I. Fonseca tomou para explicar a organização do sistema verbal do português (cf. Fonseca, 1994). Maes não se refere em nenhum momento a essa divisão, apenas às ideias de K. Bühler sobre o campo deictico da linguagem, base tanto da sua proposta como da de Benveniste.

⁶ Nessa medida, a proposta de Maes dá um passo em frente relativamente à hipótese desenvolvida por Kleiber (1984, 1994), que se limita a constatar que a redefinição do valor deictico original que afecta os demonstrativos usados anaforicamente se traduz num apontar genérico e obrigatório para o contexto da enunciação dessas formas (procedimento que designa de *token reflexivity*) (cf. Pereira 2005a). É também relevante notar que a proposta de Maes introduz especificações fundamentais nas seguintes palavras de Lyons (1977: 670): «[a]naphora involves the transference of what are basically spatial notions to the temporal dimensions of the context-of-utterance *and the interpretation of deictic location in terms of what may be called location in the universe of discourse*» (itálico meu).

se traduz em diferentes usos das descrições demonstrativas, cada qual originando diferentes consequências pragmáticas sobre a forma como a informação é transmitida ao interlocutor (Maes, 1996: 138-139)⁷.

O uso mais básico das descrições demonstrativas que Maes identifica é o 'localizador'. De acordo com este autor, o uso localizador da descrição demonstrativa *deze* N (a que também se refere como *self referential use*) traduz-se na associação do referente ao domínio DRD. Neste caso, tal associação mostra ao interlocutor que o enunciador lida com o referente no momento da enunciação do próprio discurso, de tal forma que o próprio demonstrativo se pode substituir pela expressão *em questão neste texto / neste discurso*, devendo o referente ser pragmaticamente interpretado em função dessa associação (Maes, 1996:173)⁸. Esse uso é evidente no exemplo (3)⁹:

- (3) Er zijn *dit jaar in dit land* vierhonderdtwintig moorden gepleegd (Maes, 1996:140, itálico original).
(*este ano neste país* quatrocentos e vinte assassinos foram julgadas).

Por outro lado, Maes defende que a descrição demonstrativa *die* N associa o seu referente a ODR, isto é, a um domínio de referência não coincidente com o da enunciação. A propósito deste funcionamento, um dos usos localizadores que Maes identifica é o uso narrativo,

⁷ Ainda com base nas ideias de Bühler (1982), nomeadamente na assunção de que o campo deictico da linguagem humana é constituído pelos pontos de coordenação *eu*, *aqui* e *agora*, Maes propõe que cada um dos domínios de referência instituídos por um discurso é estruturado em determinados pontos de coordenação ou pontos de referência. Segundo Maes, DRD inclui os pontos *tempo*, *espaço*, *escritor/autor* e *discurso* [t, e, a, d]; o domínio referencial ODR inclui os pontos *tempo*, *espaço*, *leitor* [t, e, l]. Segundo Maes, quando o uso das descrições demonstrativas associa o referente com tempo, espaço e discurso (t, e, d), dá origem a um *uso localizador*; quando o uso das descrições demonstrativas associa o referente ao autor/escritor ou leitor (a/l) cria um *uso relacional*. Por limitações de espaço, não exploro a relevância da distinção entre os pontos de coordenação postulados por Maes, não obstante faça uso das noções relativas aos diferentes usos dos demonstrativos (veja-se a seguir no texto).

⁸ Segundo Maes, a forma demonstrativa associada com DRD constitui a classe básica dos demonstrativos, porque, entre outras razões, o DRD é o único domínio de referência que tem de ser obrigatoriamente pressuposto em qualquer texto; porque exprime essa associação em qualquer discurso; e ainda porque, nas línguas em que apenas existe uma versão das descrições demonstrativas na linguagem escrita, esta corresponde à forma de demonstrativo de *self-reference*.

⁹ Este exemplo é ambíguo por falta de informação contextual que permita esclarecer se o referente acedido está previamente presente no universo discursivo (caso de uso anafórico) ou se, pelo contrário, é introduzido nesse momento (caso de uso verdadeiramente deictico).

através do qual o referente é associado ao domínio de referência criado pelo conteúdo da narrativa¹⁰:

(4) Laatst keek ik naar het acht uur journaal. Daar werd melding gemaakt van een bezoek van premier Lubbers ann China. «Lubbers», zo zei de nieuwslezeres aan het eind van het bericht, «zat aan een groots banket. Met stokjes». En precies *op dat mement* zag je onze minister-president met stokjes eten (Maes, 1996: 158, itálico original).

(há algum tempo vi as notícias das 8. Havia uma reportagem sobre a visita do Primeiro Ministro Lubbers à China. «Lubbers», disse o jornalista no fim da reportagem, «foi convidado para um grande banquete. Com pauzinhos». E exactamente *nesse momento/naquele momento* podia ver-se o nosso Primeiro Ministro a comer com pauzinhos).

Para além do uso ‘localizador’, Mas defende que *deze* N e *die* N, cada qual dentro dos respectivos domínios de referência, podem assumir um uso ‘relacional’, novamente diferente em cada caso. Assim, sugere que *deze* N pode ser usado para marcar um valor relacional desigual entre o autor e o leitor (Maes, 1996: 173). Através da escolha deste demonstrativo, o autor deixa claro que é o seu ponto de vista que prevalece, o referente é por ele ‘autoritariamente’ descrito, perspectivado e avaliado, e o leitor é convidado a aceitar esse ponto de vista¹¹:

¹⁰ Para além deste uso diegético, Maes (1996) identifica um segundo uso da descrição demonstrativa *die* N, que designa de *factual*:

(i) In de grote steden neemt *de luchtvervuiling*_i toe. *Die luchtvervuiling* (i.e., de *luchtvervuiling die in de grote steden werkelijk toeslaat*)_i is het gevolg van wanbeleid (Maes, 1996:143, itálico original).

(nas grandes cidades *a poluição atmosférica* está a aumentar. *Essa poluição atmosférica / ? Aquela poluição atmosférica* (i.e., *a poluição atmosférica que realmente atinge as grandes cidades*) é um resultado de má política).

Neste caso e segundo Maes, o demonstrativo sugere *factualidade* porque associa o referente ao domínio referencial constituído pelo ‘mundo real’ (Maes, 1996: 142).

Este uso não é alvo de atenção neste texto, que trata apenas do uso diegético, mas, a meu ver, a interpretação que o autor faz deste uso não é a mais correcta. Repare-se que, por exemplo, os usos narrativos, aos quais Maes opõe o uso factual, não são necessariamente ficcionais. Aliás, o exemplo (4), dado pelo autor, mostra-o convincentemente. Essa explicação passará, talvez, pela sobreposição dos dois níveis referenciais DRD e ODR nos discursos não narrativos, e está, como refere Oliveira (1988: 29) relacionada com questões de Tempo e de Aspecto. Parece-me igualmente interessante notar a dificuldade no uso da descrição *aquele* N na glosa do exemplo dado pelo autor. Este facto indicia complexidade na distribuição das descrições demonstrativas nesse tipo de contextos em português, questão que procurarei explorar futuramente.

¹¹ O efeito de ‘autoridade sobre o referente’ que se consegue através do uso do demonstrativo no exemplo (5) é especialmente evidente ao ser reforçado pela estrutura parentética («como eu gostaria de chamar»).

(5) *Deze sprankelende wereld van passie*, zoals ik dat zou willen noemen, is eigen aan de schrijver (Maes, 1996:144, itálico original).
(*este resplandecente mundo de paixão*, como eu gostaria de lhe chamar, é peculiar ao autor).

Por outro lado, no domínio referencial ODR, o demonstrativo *die* N pode ser usado para assinalar um valor pragmático de igualdade relacional entre o locutor e o interlocutor, sendo o leitor levado a inferir que o referente está contido num universo referencial que o autor partilha com ele, acabando dessa forma por ser activamente envolvido na construção da interpretação¹²:

(6) *Die spanning van die twee werelden*, begriip je. (Maes, 1996:144, itálico original)
(*essa/aquela tensão dois dois mundos*, tu compreendes/sabes).

Os usos localizador e relacional das descrições demonstrativas, como o próprio autor reconhece,

«cannot and do not always have to be discriminated neatly. In fact, there are natural combinations between them which are often united within the same demonstrative occurrence. For example, notions such as *narrativity* (...) and *reader's appeal* (...), as well as *exposition on the spot* (...) and *unequal relational mode* (...) can be combined in the same demonstrative» (Maes, 1996: 150).

Na análise que sugiro para o funcionamento destas expressões nas narrativas em português, assumo que o uso relacional é, em cada caso, construído sobre o uso localizador básico, estando ambos valores sempre presentes em qualquer utilização destas formas linguísticas, muito embora o uso relacional possa ser destacado em função da intenção do locutor e do uso de expressões que ‘marcam’ a sua atitude relativamente ao referente, tal como nos exemplos (5) e (6), acima.

¹² Neste caso, o efeito pragmático de «igualdade relacional e apelo ao leitor» que se consegue através do uso do demonstrativo é especialmente evidente ao ser reforçado pela estrutura parentética «tu compreendes/sabes».

3. Descrições demonstrativas e domínios de referência em discurso narrativo em português

As noções de ‘domínios de referência’, de ‘diferentes usos em cada um desses domínios de referência’ e de ‘inferências pragmáticas associadas a cada um desses usos’ lançam, a meu ver, algumas das bases teóricas necessárias para o entendimento do funcionamento das descrições demonstrativas anafóricas no discurso narrativo em português.

Um primeiro indício dessa possibilidade é dado pela tradução dos exemplos originais de Maes, incluindo os apresentados neste texto. Essa tradução separa claramente a forma demonstrativa associada a DRD, correspondendo em português a utilizações do demonstrativo *este* N (cf. glosas dos exemplos 3 e 5), da forma demonstrativa associada a ODR, que corresponde em português às formas *esse* N e *aquele* N (cf. glosas dos exemplos 4 e 6)¹³. Em função destes factos, assumo que, em português, o demonstrativo *este* N funciona no discurso narrativo para associar o seu referente ao domínio referencial instituído pela enunciação da narrativa (DRD). Nesse caso, transmite-se a informação pragmática de que o que se diz sobre o referente recai sob a responsabilidade do narrador ‘enquanto enunciador do discurso’. O exemplo (7) ilustra esse uso:

(7) «No que ele se mostrava um barra sem igual era em puxar de rifões, uns a pêlo de conversa, outros sem propósito algum, como se terá observado do decorrer *desta história [na história que estou a contar]*» (Cervantes, 2000: 471, itálico meu).

Ainda em função dos dados acima evocados, assumo que, em discurso narrativo em português, *esse* N e *aquele* N associam os seus referentes a ODR, isto é, ao domínio referencial desenhado pela própria narrativa. O exemplo (8) ilustra essa dupla utilização:

(8) «Encheu-se de paciência e pôs-se a meter um pouco de rigor masculino *naquele juízo avariado*. Não havia feitiços. O povo, ignorante, é que acreditava *nesse* e noutros *disparates*» (Torga, 1999: 100, itálicos meus).

¹³ A mesma correspondência é regular entre os usos de demonstrativos de outras línguas e do português. É o caso, por exemplo, do inglês *this* e *that*, que correspondem a *este* e a *esse* / *aquele*, respectivamente.

A hipótese explicativa que assumo aqui para o funcionamento dos demonstrativos em uso anafórico encontra um importante respaldo na proposta de F. I. Fonseca sobre a distribuição do sistema verbal em português. Esta autora defende a existência de dois níveis básicos de enunciação e de dois sistemas verbais funcionais em cada um desses níveis:

«a distinção, no sistema verbal, entre tempos da narrativa e tempos do discurso corresponde à separação de duas séries de tempos que se opõem quanto ao modo de significar a relação temporal deíctica. Isto é, uma série de tempos que marcam uma relação temporal directa com um ponto de referência coincidente com a situação de enunciação e uma outra série de tempos que marcam uma relação temporal directa com um ponto de referência anterior ao do próprio enunciado e só se reportam pois, indirectamente, à situação de enunciação. A existência destes dois níveis básicos de enunciação e a correlativa determinação de duas séries de tempos dentro do sistema verbal parece-nos poder ser postulada como princípio geral» (Fonseca, 1994: 47-48).

Fonseca sugere, além disso, a obtenção de efeitos pragmáticos em cada uma dessas séries de tempos relacionados com valores de maior e de menor distanciamento em relação àquilo que se enuncia:

«A possibilidade de ‘desenraizamento’ relativamente às coordenadas enunciativas, característica da série inactual, permite ao sujeito falante marcar, utilizando-a, um maior distanciamento em relação àquilo que enuncia, um distanciamento, em suma, entre o enunciado e a enunciação» (*idem*: 55).

A proposta de análise que aqui apresento é paralela à de Fonseca porque assumo a existência de dois domínios de referência básicos evocados num discurso e proponho a existência de duas séries de demonstrativos correspondentes e de diferentes efeitos pragmáticos em cada caso. Todavia, a fusão das duas explicações não é possível por causa da noção de anáfora utilizada nos dois casos. Fonseca distingue o subsistema temporal deíctico, que ancora a referência no tempo de enunciação, de um segundo subsistema temporal, que designa de ‘anafórico’, que ancora a referência nos pontos de referência da narrativa, e classifica aquele de primário e este de secundário e intermediário relativamente ao tempo da enunciação. Na minha proposta, pelo contrário, não existe um sistema de demonstrativos só deícticos e outro só anafórico. Sendo verdade que ‘este N’ é o único demonstrativo

que opera ao nível do DRD, o domínio de referência deíctico criado pela enunciação do texto, pode, no entanto, aí referir deíctica e anafóricamente, acedendo a uma entidade nova (cf. a nota 9) ou previamente referida no discurso, respectivamente (cf. secção 1.; cf. Pereira, 2005 a,b).

3.1. *Os usos dos demonstrativos anafóricos esse N e aquele N em contexto narrativo e a noção de perspectiva de enunciação*

Qualquer narrativa institui a representação de um estado de coisas, a diegese propriamente dita, constituindo, na tipologia de Maes (1996), um domínio de referência de tipo ODR, que, neste tipo de discurso, é, claramente, o nível referencial principal (cf. Fonseca, 1994). Como já antes referido, a existência de três demonstrativos em português e, muito especificamente, a distribuição de *esse* N e de *aquele* N em ODR coloca um desafio claro à proposta de Maes, absolutamente dicotómica.

A variação que se observa no uso de *esse* N e de *aquele* N não é explicável através da postulação, para o português, de sub-domínios referenciais, para além dos postulados por Maes. Não é lógico pensar que o português (ou o espanhol, que também apresenta um sistema de três demonstrativos) se distinga das restantes línguas porque *esse* N ou *aquele* N associam o referente a domínios de referência não disponibilizados nas outras línguas¹⁴.

Assumindo precisamente que *esse* N e *aquele* N associam o seu referente ao mesmo domínio de referência (ODR), a dificuldade em explicar a natureza ternária do sistema de demonstrativos em português reduz-se, em minha opinião, à necessidade de complementar essa explicação com um segundo construto que esclareça a diferença no seu uso. Nesta secção, sugiro que, em contexto narrativo, o uso de *esse* N e de *aquele* N é diferenciado e diferenciável a partir da noção

¹⁴ Oliveira (1988: 42) também faz referência à maior complexidade no funcionamento das descrições demonstrativas anafóricas *esse* N e *aquele* N relativamente a *este* N: «O Português dispõe de um sistema mais complexo do que o de outras línguas e isso desencadeia algumas consequências, nomeadamente no que diz respeito a *esse* e *a aquele*, pois relativamente a estes a referência não parece ser tão obviamente directa como com *este*».

de *perspectiva de enunciação* ou *ponto de vista* com que a história é contada e, conseqüentemente, com que o referente é apresentado¹⁵.

Segundo Lintvelt (1981: 42), «[l]a perspective narrative concerne la perception du monde romanesque par un sujet-percepteur: narrateur ou acteur. La perception se définit comme ‘action de connaître, de percevoir par l’esprit et les sens’ (Larousse)». Evocando definições introduzidas por Genette, Lintvelt (1981: 29-30) especifica que a categoria ‘perspectiva narrativa ou ponto de vista’ diz respeito, portanto, à marcação, na narrativa, da informação sobre ‘Quem vê? Qual é o personagem cujo ponto de vista orienta a narrativa’, distinta da de ‘Quem narra? Quem fala?’. Assim sendo, o narrador (que é quem conta a história) tem, no discurso narrativo e recorrendo à categoria ‘ponto de vista ou perspectiva narrativa’ a possibilidade de apresentar factos como sendo por ele percebidos ou, alternativamente, como percebidos por uma personagem. E Lintvelt (1981: 29-30) sublinha que, mesmo nas narrativas homodieéticas, se deve manter a distinção funcional entre narrador e personagem. Isto é, mesmo nas narrativas em que o narrador é uma das personagens, existe marcação dos diferentes pontos de vista ou perspectivas de cada uma dessas instâncias.

Considero que em português *esse* N e *aquela* N servem, no discurso narrativo, precisamente a marcação linguística de diferentes pontos de vista de percepção da história, o que se traduz na associação dos referentes a valores pragmáticos distintos entre si e distintos ainda dos postulados por Maes (1996).

Mais especificamente, proponho que *esse* N é a forma que o narrador usa quando narra os factos a partir da perspectiva da personagem. Desta forma, o leitor pode inferir que o referente é apresentado tal como foi percebido pela personagem ‘no momento em que o experimentou’. Creio que este efeito se aprecia no seguinte exemplo:

(9) «Resolvi evitar intimidades e ater-me ao isolamento próprio de quem, pobre e sem valimento, se encontra em terra hostil. *Nessa disposição de espírito* larguei a hospedaria e passei muitos meses, fugido a convivências e albergado, por preço módico, em casa de um guarda florestal» (Teixeira Gomes, 2002: 48, itálico meu).

¹⁵ Aliás, a noção de perspectiva de enunciação / ponto de vista é também utilizada na explicação do uso de *este* N, embora, nesse caso, relativa à perspectiva criada pela enunciação do discurso, que é diferente da da narração da história aí (eventualmente) incluída.

Por sua vez, sugiro que *aquele* N é a forma que o narrador usa quando narra os factos através ‘dos seus olhos de narrador’, um ponto de vista que obtém exclusivamente da sua perspectiva de narrador alheio à história contada¹⁶. Desta forma, com o uso de *aquele* N no exemplo (10), o leitor pode inferir que o referente é apresentado pelo narrador ‘enquanto observador alheio e *diseur*’, que ‘conta agora’ algo ‘vivenciado’ por uma personagem ‘num outro momento e num outro espaço’:

(10) «Coei-me, pois, pouco a pouco à sua intimidade e Monsenhor mostrou-me a preciosíssima colecção de moedas e o álbum de estampilhas, franqueando-me ao mesmo tempo a sua biblioteca, herdada de um tio – *naquela família* tudo passava de tios a sobrinhos –...» (Teixeira Gomes, *idem*: 52, itálico meu).

A comparação da utilização das duas formas mostra que, através do uso de *esse* N, o narrador medeia a apresentação da história através da percepção das personagens, criando um efeito de aproximação aos factos representados e às vivências dessas personagens, enquanto, através da forma *aquele* N, o narrador marca um afastamento máximo face a esses factos e a essas vivências.

Creio, enfim, que o facto de, nos exemplos (9) e (10), o narrador ser homodiegético não tem qualquer interferência nos efeitos obtidos. Muito pelo contrário, parece-me que os efeitos pragmáticos a que me refiro são particularmente apreciáveis através do confronto do uso das duas formas nos dois casos, de que ressalta nitidamente a mudança de ponto de vista. Esses efeitos pragmáticos são especialmente evidentes no exemplo (10), em que, quando usa o demonstrativo, o narrador está claramente a abrir um parêntesis na narração dos factos ‘por ele’ vividos, portanto ‘saindo momentaneamente da perspectiva de personagem’, para se refugiar na ‘perspectiva de narrador’, servindo o uso do demonstrativo *aquele* N essa mudança de perspectiva momentânea.

Esta explicação para a escolha particular entre *esse* N e *aquele* N no domínio de referência representacional ODR abre caminho a postular que, através destas formas, o português disponibiliza aos seus utilizadores estratégias discursivas inexistentes nos sistemas binários de demonstrativos. Nessas outras realidades linguísticas, a obtenção dos efeitos pragmáticos que atribuo a estas formas linguísticas do

¹⁶ Muito provavelmente, esta forma demonstrativa é, por isso mesmo, o ‘protótipo’ de forma indexical narrativa.

português deverá, supostamente, ser conseguida através de outros recursos.

3.2. *O discurso indirecto como evidência das singularidades de funcionamento de esse N e de aquele N em discurso narrativo em português*

Um argumento que considero relevante para a análise que proponho para o funcionamento dos demonstrativos nominais anafóricos *esse N* e *aquele N* em discurso narrativo é dado pela observação do seu funcionamento na modalidade de discurso indirecto: os dados parecem confirmar que ambas unidades lexicais servem a obtenção dos efeitos pragmáticos acima descritos.

O discurso indirecto é a reprodução de um segmento discursivo (um enunciado ou um pensamento) que representa um determinado estado de coisas e que está contido no discurso que representa o estado de coisas, digamos, principal (Reyes, 1993, 1996). No quadro da teoria de Maes (1996), o discurso indirecto traduz-se, portanto, no estabelecimento de um segundo domínio de referência representacional, mais especificamente, num ODR2, dentro de ODR1¹⁷: em ODR1, o narrador narra os eventos protagonizados por personagens num determinado espaço e tempo, e, dentro dessa narração, inclui o relato de discursos que representam outros estados de coisas, que podem (ou não) ser da responsabilidade dos mesmos locutores (i.e., das personagens) e estar situados num tempo e num espaço que podem (ou não) ser os da narrativa principal¹⁸. O seguinte exemplo de uso do discurso indirecto ilustra a configuração de um domínio de referência ODR2 em ODR1:

(11) «Naquela manhã, com hilros e andorinhas a sarabandear bêbados de sol em torno do morrião da Sé, havendo cortado a direito pelo caminho mais curto, apenas deu cinco minutos de cavaco ao Cabanilhas, que lhe saiu com *a novidade, trombeteada nas gazetas, do jesuíta em Espanha que tinha fugido com a mulher de um alcaide...*» (A. Ribeiro, 2002: 136, itálico meu).

¹⁷ Maes (1996: 141, nota 3) refere (mas não especifica) a possibilidade de existência de diferentes ODR no discurso narrativo.

¹⁸ O discurso directo, que Maes não refere, é uma modalidade enunciativa da responsabilidade das personagens que naturalmente também faz parte do domínio de referência ORD1, constituindo um DRD2 dentro desse domínio de referência.

Neste momento da história, o narrador está a narrar os eventos protagonizados por um padre de aldeia num determinado espaço e tempo – i.e., está no quadro de um ODR1 –, e, dentro dessa narração, inclui o relato do discurso do Cabanilhas, a itálico no excerto. Esse discurso relatado representa um estado de coisas que sucedeu a personagens situadas numa linha espaço-temporal alheia à de ODR1. Este exemplo é, por isso, um caso claro de evocação de dois domínios representacionais, dois domínios de tipo ODR.

Em função do que propus na secção 3.1, o reconhecimento de que o discurso indirecto institui um domínio de referência de tipo ODR permite prever que nesta modalidade discursiva predominem os demonstrativos *esse* N e *aquela* N, previsão que se confirma com base em estudos que descrevem o funcionamento do discurso indirecto em português (Isabel Margarida Duarte, c.p.)¹⁹. Além disso, é igualmente previsível que, também no discurso indirecto, essa associação não seja feita ao acaso, i.e., é de prever que a distribuição de *esse* N e de *aquela* N dê origem, em ODR2, às mesmas consequências pragmáticas que em ODR1. Ao longo desta secção procuro mostrar que estas previsões se confirmam.

Uma das propriedades em que se distinguem os três tipos de discurso indirecto – discurso indirecto propriamente dito, discurso quase indirecto e discurso indirecto livre – é a medida em que o narrador se identifica ou não com a perspectiva da personagem-locutor.

Segundo Reyes, a modalidade de discurso indirecto propriamente dito é a forma em que o narrador mais se distancia do conteúdo do discurso que relata. Através da sintaxe desta modalidade do discurso indirecto – uma oração subordinada que introduz o discurso relatado e marcas temporais e deicticas que remetem para a enunciação original –, o narrador «faz falar» o locutor original e atribui-lhe a responsabilidade sobre o que é dito²⁰.

¹⁹ Com efeito, uma das propriedades distintivas do discurso indirecto é o uso particular das expressões deicticas, incluindo, naturalmente, o uso dos demonstrativos (Reyes, 1993).

²⁰ Nessa medida, o exemplo (11) não é um exemplo canónico de discurso indirecto porque não faz uso de uma estrutura sintáctica de subordinação frásica, mas sim de uma estrutura de complementação verbal nominal preposicionada: «(...) lhe saiu com a novidade, trombeteada nas gazetas, do jesuíta em Espanha que tinha fugido com a mulher de um alcaide»... i.e., que lhe contou que um jesuíta em Espanha tinha fugido com a mulher de um alcaide.

Por outro lado, através do discurso quase indirecto e do discurso indirecto livre, o narrador ora se subtrai à responsabilidade sobre o conteúdo que relata ora se funde com a perspectiva da personagem-locutor (Reyes, 1993, 1996).

A sintaxe do discurso quase indirecto caracteriza-se pelo apagamento ou abandono das marcas de introdução de discurso indirecto, por uma adaptação desse segmento às marcas deicticas da enunciação do narrador e pela inexistência de expressões da autoria do falante citado, factos que atenuam muito consideravelmente os sinais de citação (Reyes, 1996: 21). Isto é, através do discurso quase indirecto, o narrador relata discurso alheio, sem contudo indicar que o está a fazer. Por tudo isto, o discurso quase indirecto é uma modalidade de citação de um discurso de um outro locutor que não parece citação, *es decir, se trata de enunciados en que el hablante parece hacer aserciones, pero no las hace, o no las hace del todo, sino que expresa el punto de vista de otra persona* (Reyes, 1996: 17). Nestes casos, o narrador não afirma nada, limita-se a repetir o que outros afirmam, e mantém assim o seu afastamento do conteúdo do que relata. O contexto é a única fonte de desambiguação possível, dado que contém sempre *la mención de un acto de habla que cumple la función de fuente implícita o explícita* (Reyes, 1996: 20).

No entanto, segundo Reyes, o discurso quase indirecto serve também muito frequentemente para que o narrador conte algo que outros dizem e, simultaneamente, para que ele próprio se funda com essa perspectiva, assumindo-a como se fosse sua. Através do discurso quase indirecto, este pode apropriar-se do sistema conceptual alheio (ponto de vista, pensamento ou voz) e tornar seu esse sistema: *en estos casos, hay fusión, no distanciamiento, entre o falante y la proposición citada, y es difícil decidir si se trata realmente de pseudoaserciones* [declarações em que o falante transmite proposições cuja verdade não assume], *porque no sabemos bien hasta qué punto el hablante ha adoptado como propio el pensamiento ajeno* (Reyes, 1996: 23).

Tal como o discurso quase indirecto, o discurso indirecto livre caracteriza-se por não explicitar marcas de subordinação e é uma técnica literária em que o narrador relata um discurso no passado e em terceira pessoa, utilizando frequentemente referências deicticas temporais e espaciais 'da personagem'. Diferentemente do discurso quase indirecto, o objectivo central do discurso indirecto livre é o de mostrar a consciência que experimenta e não o de representar o discurso que eventualmente dá origem a esse estado de coisas, mas, tal como o discurso quase indirecto, o discurso indirecto livre também

serve para marcar fusão ou distanciamento de pontos de vista do narrador e das personagens citadas (Reyes, 1996: 21).

A meu ver, e atendendo à análise da distribuição dos demonstrativos *esse* N e *aquela* N em discurso narrativo que levei a cabo na secção anterior, esta caracterização das modalidades do discurso indirecto permite prever uma distribuição complementar destas formas demonstrativas nestas modalidades discursivas, conforme o narrador assumia ou não a perspectiva da personagem.

Assim, o discurso indirecto propriamente dito – aquele em que o narrador mais se distancia e desresponsabiliza do conteúdo do que relata – caracterizar-se-ia predominantemente pelo uso da forma *aquela* N – forma que, como se viu, marca o maior distanciamento entre o narrador e o referente. A meu ver, o seguinte exemplo ilustra esta situação (veja-se também o exemplo (11)):

(12) «Encontrou Roque Guinart os quadrilheiros no local que lhes marcara, entre eles D. Quixote, montado no Rocinante, fazendo-lhes uma prática a querê-los persuadir de que deviam deixar *aquela modo de vida*, tão perigoso para a alma como para o corpo» (Cervantes, 2000: 760, itálico meu).

Não quero, contudo, com isto defender que não haja utilização do demonstrativo *esse* N em discurso indirecto, apenas que, com a caracterização que foi feita do discurso indirecto e de acordo com o que antes expus, o uso de *aquela* N deverá ser sentido como o mais ‘canónico’. Na versão abaixo, em que substituí *aquela* por *esse*, nota-se a mudança de perspectiva e a conseqüente aproximação do narrador ao conteúdo da narração através do ponto de vista das personagens. Não me parece, inclusivamente, exagerado afirmar que, nesta versão, a utilização de *esse* torna o leitor mais próximo do ‘discurso directo original’ de D. Quixote, portanto mais próximo da perspectiva desta personagem:

(12a) Encontrou Roque Guinart os quadrilheiros no local que lhes marcara, entre eles D. Quixote, montado no Rocinante, fazendo-lhes uma prática a querê-los persuadir de que deviam deixar *esse modo de vida*, tão perigoso para a alma como para o corpo.

Nas formas de discurso quase indirecto e indirecto livre dar-se-iam as seguintes situações, com os conseqüentes efeitos pragmáticos: nos casos em que o narrador se distancia do conteúdo do que relata, utilizar-se-ia a forma *aquela* N; nos casos em que o narrador relata o

sucedido do ponto de vista das personagens citadas, assumindo-o, utilizar-se-ia a forma *esse* N. Julgo que estes efeitos se observam muito claramente comparando o seguinte par de enunciados, o primeiro original (já antes introduzido como (8)) e o segundo adaptado:

(13) «Encheu-se de paciência e pôs-se a meter um pouco de rigor masculino naquele juízo avariado. Não havia feitiços. O povo, ignorante, é que acreditava *nesse* e noutros *disparates*» (Torga, 1999: 100, itálico meu).

(13a) Encheu-se de paciência e pôs-se a meter um pouco de rigor masculino naquele juízo avariado. Não havia feitiços. O povo, ignorante, é que acreditava *naquele* e noutros *disparates*.

Trata-se de um exemplo de discurso quase indirecto, e o enunciado *Encheu-se de paciência e pôs-se a meter um pouco de rigor masculino naquele juízo avariado* parece, de facto, funcionar como *la mención de un acto de habla que cumple la función de fuente implícita o explícita* (Reyes, 1996: 20). No exemplo original, através do enunciado *Não havia feitiços. O povo, ignorante, é que acreditava nesse e noutros disparates*, o narrador relata um discurso de outro locutor e, efectivamente, parece «fundir-se» ou pelo menos aproximar-se dessa perspectiva; conseqüentemente, o leitor percebe esse discurso através da personagem que o pronunciou. Por outro lado, na versão adaptada, o efeito não é o mesmo. Nesse caso, o narrador mantém a mesma perspectiva de enunciação ao longo de todo o excerto, e o locutor percebe que o discurso é relatado através dessa perspectiva única. Parece-me inegável que a diferença entre estas interpretações reside no uso das duas expressões demonstrativas. A este efeito, o exemplo (13) é, na verdade, duplamente interessante porque a passagem do uso de *aquele* N, na primeira frase, para *esse* N, na terceira, marca exactamente a passagem de uma perspectiva obtida pelo narrador «enquanto narrador», exterior à vivência da personagem, para uma perspectiva muito mais intimista e próxima da personagem e da situação vivida.

Resumindo, considero que a observação do funcionamento dos demonstrativos *esse* N e *aquele* N em discurso indirecto fundamenta as hipóteses sobre a função pragmática destes demonstrativos sugeridas na secção 3.2., porque mostra que esses elementos linguísticos servem diferentes formas de enunciação, ora aproximando ora afastando o referente do ponto de vista da personagem responsável pelo discurso relatado. Por isso, da observação desse funcionamento emerge a hipótese de que, no contexto particular do uso de *esse* N e de *aquele* N nas modalidades de discurso indirecto livre ou quase indirecto, estas

formas sejam a estratégia linguística que mais decisivamente contribui para os efeitos de adopção ou não do ponto de vista da personagem e de aproximação ou afastamento do narrador que Reyes (1993, 1996) identifica como propriedades flutuantes destas duas modalidades de discurso relatado.

4. Considerações finais

A explicação que proponho para o funcionamento das descrições demonstrativas anafóricas em português coloca em evidência um «valor escalar» no seu uso na narrativa, a seguir esquematizado:

<i>este</i> N	<i>esse</i> N	<i>aquela</i> N
em DDR: marca uma <i>aproximação máxima e responsabilização do narrador</i> sobre o referente.	em ODR: marca uma aproximação do narrador ao referente <i>mediada pela percepção da personagem</i> .	em ODR: marca um <i>afastamento máximo e desresponsabilização do narrador</i> sobre o referente.

Através do uso de *este* N, o referente é associado ao DRD, assinalando, dessa forma, que aquilo que é dito sobre o referente deve ser atribuído à responsabilidade do narrador; enquanto, através do uso de *esse* N e de *aquela* N, o referente é associado ao domínio ODR, ao conteúdo da história narrada. Nestes casos, o referente distancia-se da responsabilidade do narrador, embora, através do uso de *esse* N, o narrador se lhe aproxime um pouco mais que através do uso de *aquela* N porque se situa na perspectiva da personagem.

Tal como a caracterizei (e tal como sugerido por Maes (1996)), a distribuição das descrições demonstrativas em contexto narrativo resulta da redefinição dos valores indexicais originais desses elementos. Esse ‘apontar’ pragmático anafórico continua, na realidade, a ser feito em função de noções de ‘distância’, embora, neste contexto, relativamente ao acto de enunciação e ao narrador, e em função dos domínios de referência aí instituídos e das perspectivas assumidas.

A referência a Oliveira (1988), que apresentou a primeira análise do funcionamento anafórico do sistema português de descrições demonstrativas, é ainda relevante porque essa autora faz referência à sua natureza escalar. Aliás, as reflexões desta autora acerca do funcionamento dos demonstrativos anafóricos do português têm muitos

pontos em comum com a teoria de Maes (1996), que apresentei na secção 2. Para além de também sugerir que a explicação para essa variação passa por uma redefinição do sentido indexical básico codificado na semântica dos marcadores demonstrativos, Oliveira intui que essa variação se traduz em diferentes e relevantes consequências pragmáticas sobre a forma como a informação é transmitida:

«Desta forma, não se dirá que os demonstrativos são ambíguos consoante o contexto em que surgem, o discursivo (endofórico) ou o espacio-temporal (exofórico), mas que o mesmo princípio está subjacente às diferentes formas de referir, organizadas, muito provavelmente, de forma escalar» (Oliveira, 1988: 40).

Em particular, Oliveira sugere que cada uma das três formas demonstrativas dá ao interlocutor uma indicação diferente quanto à possibilidade de fixar o referente a partir de uma qualquer referência prévia no contexto de enunciação (universo do discurso), *em função da avaliação que o locutor faz dos conhecimentos daquele* [interlocutor] *em cada caso concreto* (Oliveira, 1988: 43). Para esta autora, o locutor usa *este* N para indicar ao interlocutor que procure o referente apenas no contexto de enunciação, enquanto a opção por *esse* N ou por *aquela* N resulta da percepção do locutor de que a informação contida no contexto de enunciação não é suficiente para que o seu interlocutor fixe o referente pretendido. Segundo esta autora, *esse* N e *aquela* N dão, por isso mesmo, instruções progressivamente mais fortes para que o interlocutor active a informação necessária num âmbito exterior ao próprio contexto de enunciação, entre os seus conhecimentos do mundo ou na sua memória, envolvendo-o assim e cada vez mais na resolução do processo anafórico (pp. 34-40).

A hipótese explicativa assumida e desenvolvida no presente trabalho mostrou, no entanto, que as intuições de Oliveira, embora válidas, não são suficientes para explicar o funcionamento das descrições demonstrativas em contextos narrativos em português. Com efeito, a explicação de Oliveira para o uso dessas expressões encontra essencialmente eco na noção de *modos relacionais iguais* proposta por Maes.

Enfim, em meu entender, é a finalidade de obter (ainda que inconscientemente) as diferentes inferências pragmáticas referidas que determina a escolha de uma das três formas *este* N, *esse* N ou *aquela* N no discurso narrativo. Em consequência, sugiro que essa é a *função enunciativa* que as descrições demonstrativas anafóricas desempenham neste tipo de discurso.

Bibliografia

- BÜHLER, K., 1967. *Teoria del Language*. Madrid: Revista de Occidente.
- BÜHLER, K., 1982. «The deictic field of language and deictic words». In R. J. Jarvella & W. Klein (eds.). *Speech, Place and Action. Studies in Deixis and Related Topics*. Chichester: John Wiley and Sons Ltd. (9-30).
- CARVALHO, J. Herculando de. 1984. *Teoria da Linguagem. Natureza do fenómeno linguístico e a análise das línguas*. Coimbra: Coimbra Editora.
- CORNISH, F., 1999. *Anaphora, Discourse and Understanding. Evidence from English and French*. Oxford: Oxford University Press.
- EGUREN, L., 1998. «Pronombres y adverbios demostrativos. Las relaciones déicticas». In I. Bosque & V. Demonte (orgs.) *Nueva Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa-Calpe.
- FONSECA, F. I., 1994. *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*. Porto: Porto Editora.
- HALLIDAY, M. A. K. & R. Hasan, 1976. *Cohesion in English*. London: Longman Group Ltd.
- HALLIDAY, M. A. K., 1994. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold.
- KLEIBER, G., 1994. *Anaphores et Pronoms*. Louvain-la-Neuve: Duculot, Champs Linguistiques.
- LINTVELT, J., 1981. *Essay de Typologie Narrative: le «point de vue». Théorie et analyse*. Paris: Librairie José Corti.
- LYONS, J., 1977. *Semantics, II*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MAES, A., 1996. *Nominal Anaphors, Markedness and the Coherence of Discourse*. Leuven: Peeters.
- MIRA MATEUS, M. H. *et al.*, 2003. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- OLIVEIRA, F., 1988. *Relações Anafóricas: Algumas Questões*. Estudo para discussão como prova complementar de Doutoramento em Linguística Portuguesa. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- PEREIRA, I. S. P., 2005a. «A referência anafórica discursiva: um processo cognitivo linguisticamente (pré-)configurado». In I. Duarte & I. Leiria (orgs). *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Colibri. (267-278).
- PEREIRA, I. S. P., 2005b. «Para uma caracterização cognitiva do processo de resolução anafórica discursiva». In *Revista Portuguesa de Humanidades*, 9. (51-57).
- PEREIRA, I. S. P., 2005c. «Sobre os demonstrativos anafóricos discursivos em português: domínios de referência e perspectivas de enunciação». In M. Gonçalves, A. S. Silva, J. Coutinho, J. C. Martins & M. J. Ferreira (orgs). *Gramática e Humanismo. Actas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres*. Braga: Aletheia. (567-78).

- PEREIRA, I. S. P., em preparação. *A compreensão da referência nominal: da competência dos alunos às práticas educativas do 1.º Ciclo de escolaridade* (título provisório).
- REYES, G., 2002. *Los Procedimientos de Cita: estilo directo y estilo indirecto*. Madrid: Arco Libros. 3.ª edição.
- REYES, G., 1996. *Los Procedimientos de Cita: citas encubiertas y ecos*. Madrid: Arco Libros. 2.ª edição.
- SCHLEPPEGRELL, M. J., 2004. *The Language of Schooling. A Functional Linguistics Perspective*. Lawrence Erlbaum Associates: Mahwah, New Jersey.

Referência das obras citadas:

- ANTONIOU, E. *et al.*, 1994. *Enciclopédia da Ciência*. Vol. 4. Lisboa: Verbo.
- CERVANTES, M., 2000. *D. Quixote de la Mancha*. Lisboa: Bertrand.
- TORGA, M., 1999. «O bruxedo». *In Contos*. Lisboa: D. Quixote.(169-172).
- RIBEIRO, A., 2003. «A imagem de Nossa Senhora». *In J. de Melo (org.). Antologia do Conto Português*. Lisboa: D. Quixote. 2.ª edição. (133-141).
- TEIXEIRA GOMES, M., 2002. «Gente singular». *In Ficções (Revista de contos de comer)*. Lisboa: Tinta Permanente. (27-62).